



Psicologia & Sociedade

ISSN: 0102-7182

revistapsisoc@gmail.com

Associação Brasileira de Psicologia Social
Brasil

Siqueira Ribeiro, Fernanda; Leite Cruz, Fatima Maria
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE FAMÍLIA POR CRIANÇAS NA CIDADE DE RECIFE
Psicologia & Sociedade, vol. 25, núm. 3, 2013, pp. 612-622
Associação Brasileira de Psicologia Social
Minas Gerais, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=309329764015>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE FAMÍLIA POR CRIANÇAS NA CIDADE DE RECIFE

FAMILY SOCIAL REPRESENTATIONS BY CHILDREN IN THE CITY OF RECIFE

Fernanda Siqueira Ribeiro e Fatima Maria Leite Cruz
Universidade Federal de Pernambuco, Recife/PE, Brasil

RESUMO

A pesquisa compreendeu as representações sociais de família compartilhadas por 69 crianças, de 9 a 10 anos, alunos de escolas pública e privada, na cidade de Recife. A perspectiva teórica adotada foi a Teoria das Representações Sociais e a abordagem qualitativa plurimetodológica: questionários de associação livre e hierarquização de palavras; produção de desenho individual da família; e grupos focais. Nos resultados, analisados segundo Bardin e o *software* EVOC, acessamos o núcleo central das representações sociais de família ancoradas em sentidos positivados próximos ao modelo nuclear. Nos elementos periféricos nos dois contextos de pertença, emergiram múltiplos arranjos familiares e diferenciações funcionais: nas crianças da escola pública, sentidos de família objetivados no afeto e nas figuras de parentesco; e nas crianças da escola privada, sentidos de família idealizados em harmonia e paz, e vínculos afetivos estendidos aos amigos e aos animais de estimação, por vezes, considerados como integrantes da família.

Palavras-chave: representações sociais; família; crianças.

ABSTRACT

This research was about the social representations of family for 69 children, from 9 to 10 years old, studying both in public and private schools, in the city of Recife. The theoretical perspective used was the Theory of Social Representation and the plurimethodological quantity approach: free association questionnaires and words hierarchy; family drawing individual produced; and focal groups. In the results, analyzed according to Bardin and the software EVOC, we accessed the central core of family social representation grounded at positivated meanings near the core model. At the peripheral elements in both belonging contexts appeared multiple families arrangements and functional differentiations: for children in public schools family meanings oriented to fondness and to kin figures; and for the children from private schools family meanings oriented to harmony and peace, and affective bonds extended to friends and pets sometimes considered as family members.

Keywords: social representations; family; children.

Introdução

A pesquisa tem como foco a temática da família na abordagem psicossocial da Teoria das Representações Sociais, que compreende esse objeto social a partir de múltiplas e variadas conceituações e interpretações e cujas matrizes de análise remetem os seus sentidos à complexidade e à pluralidade. Essa perspectiva envolve distintas concepções associadas à tradição, aos valores, às transmissões geracionais pela memória das experiências, e aos sentimentos compartilhados que convivem, dinamicamente, com permanentes transformações. Neste estudo, compartilhamos uma

ideia de família em mudança que, ao mesmo tempo, apresenta permanências e crenças compartilhadas.

Na intenção de compreender como as representações de família são formuladas e sustentadas, a partir da infância, traçamos como objetivo a investigação dessas representações compartilhadas por crianças de 9 e 10 anos. Além disso, elegemos os contextos de escolas públicas e privadas, na cidade de Recife, por serem espaços expressivos de diferentes universos socioculturais.

Autores como Sarti (2003, 2007), Court (2005), Petrini (2005), Bilac (2003) e Hintz (2001) concordam que há uma estreita relação da família com os

processos de mudança social e que as transformações sociais aceleradas na contemporaneidade a vinculam à ideia de crise, que se apresenta como uma proposta que ganha força no debate atual, sobretudo, nas áreas da Sociologia e da Psicologia.

Ao longo do texto, abordamos os conceitos de família segundo o processo histórico; localizamos as famílias no Brasil; discutimos a velocidade das mudanças, as relações atuais das famílias; e, em especial, tentamos compreender a família segundo o lugar em que as crianças a colocam em dois diferentes contextos de desenvolvimento.

As primeiras ideias sobre família no processo sócio-histórico e as bases das mudanças

As primeiras revisões na literatura acerca da temática da família nos conduzem à obra de Ariès (1981), com a pesquisa sobre a família na França, desde o período da Idade Média até a Modernidade. O autor não analisou a família por parâmetros naturalistas e universais, mas buscou relacioná-la aos contextos históricos, sociais, culturais, econômicos e políticos. Afirmou, assim, que, até o séc. XVII, a vida era voltada para o espaço público, desfavorecendo o lugar da intimidade e do privado, e que, nesse período, a família não existia como sentimento ou valor. O processo de intimidade e interiorização da família que conhecemos na atualidade só assumiu, posteriormente, o modelo nuclear, no fim da Idade Média (séc. XVI e XVII). Nessa mudança de valores, a criança começou a ser vista em sua singularidade, ocupando um lugar junto aos pais.

Até esse período, as crianças eram cuidadas por estranhos com a intenção de que aprendessem os ofícios dos adultos e/ou auxiliassem nas atividades domésticas que eram relacionadas à sobrevivência do seu grupo familiar. Nessa contextualização, a vida emocional da criança não se centrava em torno dos pais, e sim envolta de outros atores sociais, similares em importância às figuras parentais, sobretudo, os tios, os parentes e, ampliando o sentido de família, os amigos e os vizinhos que circulavam nesse espaço privado.

Com a divisão social do trabalho e a cisão entre os espaços público e privado, a criança permaneceu no ambiente doméstico enquanto a família se voltou para o cuidado com sua educação, sua carreira e seu futuro. Surgiu, assim, a família moderna, que, uma vez separada do mundo público, priorizava o grupo dos pais com seus filhos. Outra característica relevante dessa nova configuração familiar é que a “energia

do grupo é consumida na promoção das crianças, cada uma em particular, e sem nenhuma ambição coletiva: as crianças mais do que a família” (Ariès, 1981, p.189). Essa intimidade compartilhada tornou a família um locus de identidade, pois o sujeito se reconhece e faz sua inscrição social neste primeiro grupo de sociabilidade.

Esse processo de intimidade, no âmbito familiar, começou na aristocracia, foi estendida aos artesãos e comerciantes e, apenas no século XVIII, o sentimento de família chegou a outras camadas sociais, embora com distintas dinâmicas. Nas sociedades tradicionais, os papéis familiares eram predeterminados para cada membro (Sarti, 2003) e o pensamento hegemônico localizava as mulheres como as cuidadoras dos filhos no espaço privado, enquanto os homens eram considerados provedores, ocupando o espaço público e tendo sua autoridade garantida (Lyra et al., 2007) pela desigualdade de poder e pelos processos de subjugação dos homens sobre as mulheres e as crianças.

Todavia, esse pensamento patriarcal hegemônico e a hierarquia de gênero, na constituição do modelo de família, confrontavam-se com realidades distintas, nas quais o poder masculino era transgredido e/ou ameaçado, como ocorreu nas configurações das famílias no Brasil, a seguir comentadas.

Contextualizando as famílias no Brasil: mudanças e impactos

Embora a família patriarcal seja, muitas vezes, apontada como sinônimo da família brasileira do período colonial, ela recebeu os impactos da multiplicidade étnico-cultural (Neder, 2002), fruto da miscigenação em um país que se formou na invasão e pela invasão, explorado e escravizado, e que, ainda, carrega as marcas dessas desigualdades. Assim, a “‘família patriarcal’ não existiu sozinha, nem comandou do alto da varanda da casa grande o processo de formação da sociedade brasileira” (Corrêa, 1982, p. 25). Outros arranjos e modelos coexistiam.

Para entender essas mudanças nas concepções e nos sentidos de família, situamos diversos momentos macrohistóricos e suas repercussões na organização e na dinâmica familiar: os contextos do pós-guerra; a Revolução Industrial, entre as décadas de 1950 /1960, na consolidação do sistema capitalista; transformações socioeconômicas diversas que levaram à eclosão dos movimentos feministas; o desenvolvimento tecnológico, com o advento da pílula anticoncepcional, que liberou a mulher para o mundo do trabalho (Hintz, 2001) e lhe permitiu mais liberdade sexual, inclusive,

com autoria no controle da natalidade, definitivamente dissociando a sexualidade da reprodução.

Nessa nova ordem social, a microrrealidade da família foi redimensionada, sobretudo, com a entrada da mulher no mundo do trabalho formal e assalariado, o que criou novas identidades femininas, uma nova concepção de maternidade e, por conseguinte, novas relações de poder entre homens e mulheres. Sarti (2003) pontua que essas mudanças se relacionam à perda do sentido da tradição, em que “o amor, o casamento, a família, a sexualidade e o trabalho, antes vividos a partir de papéis preestabelecidos, passam a ser concebidos como parte de um projeto em que a individualidade conta decisivamente e adquire cada vez maior importância social” (p.43).

Outra mudança importante no dinamismo familiar pode ser relacionada aos avanços da medicina e às melhorias na qualidade de vida, que ocasionaram expansão na expectativa de vida. Tal mudança destacou os avós como referência da família. Muitas vezes, eles são os responsáveis pelo cuidado afetivo, pela educação e até pelo sustento econômico, parcial ou total dos netos (Vitale, 2007).

Nessa nova contextualização, a dinâmica das relações está menos hierárquica e tais transformações repercutiram em uma menor verticalização entre pais e filhos. No âmbito das explicações da Psicologia, temos diversas teorizações: de uma parte, uma esfera de compreensão mais árida, que a definia por uma relação de papéis sociais lineares e tradicionais, interpretada em sentido sacralizado; e, de outra parte, a análise que enfatizava sua construção social, o movimento constante de mudanças e essa natureza diversa explicariam conflitos e tensões.

Na consolidação da sociedade de direitos, o Estado passou a interferir no mundo privado e, com a Constituição do Brasil de 1988, legalmente se fez a ruptura da hegemonia da chefia masculina, pois a sociedade conjugal tornou-se compartilhada em direitos e deveres, com transformações também em relação ao reconhecimento da paternidade. Mais outro avanço legal ocorreu em 1990, com a formulação do Estatuto da Criança e do Adolescente pautado na noção de proteção legal à criança e ao adolescente, legitimados como sujeitos de direito (Hintz, 2001; Sarti, 2007).

As relações atuais nas famílias e o lugar das crianças

Na perspectiva de Bastos, Alcântara e Ferreira-Santos (2002, p. 98), o ambiente familiar para a

criança em desenvolvimento é um “fluxo de práticas e rotinas, dentro da qual são socializados e construídos significados culturais e padrões de interação que se tornam o material de que é feito o estilo singular de cada família e cada pessoa”. Assim, nessa relação com a família, a criança em seu desenvolvimento cognitivo, afetivo e moral constrói um repertório de habilidades e aptidões, conceitos e significados que a situam e a orientam em sua inserção nas práticas cotidianas.

Nas sociedades capitalistas, a ideia é que a intimidade na família se secundariza, diante da premência de acesso aos bens de consumo e dos projetos individuais (Carmo, 2007; Kamers, 2006; Passos, 2007; Vilhena, 2004), o que provoca, consequentemente, a fragilização nas relações sociais e grupais (Passos, 2007). Mesmo assim, a idealização familiar é ao mesmo tempo reforçada por visões psicológicas, pedagógicas, religiosas e jurídicas que favorecem a perpetuação de um ideal de família (Sarti, 2003), segundo o modelo conjugal nuclear-burguês. Apreende-se que, a partir desse contexto individualista, são identificados modos específicos de lidar e cuidar das crianças.

Os filhos das camadas em vantagem social econômica receberiam investimentos afetivo, financeiro e social como “garantia” da continuidade geracional, e essa dinâmica seria movida pela alegria e pelo prazer advindos do “prolongamento narcísico assegurado pela continuidade geracional” (Passos, 2007, p.125). As famílias em desvantagem social ficaram distanciadas dessas análises teóricas, pois “grande parte da literatura acerca da família trata muito mais da família burguesa e de seus valores, do que da família pobre” (Vilhena, 2004, p. 3).

Na atualidade, a realidade das famílias pobres já tem sido estudada, principalmente, pela Antropologia e pela Sociologia, entretanto, em estudos recentes elaborados pela Psicossociologia, foram encontrados vestígios arraigados, nos conteúdos das falas dos participantes dessas pesquisas, de que há uma apartação social velada na sociedade, que se expressa na crença compartilhada por muitos grupos de que famílias pobres são “desestruturadas” e/ou “promíscuas” (Cruz, 2006; Monteiro, 2012; Oliveira, 2010; Sarti, 2007; Vilhena, 2004). Os estudos de Bastos, Alcântara e Ferreira-Santos (2002); Amazonas, Damasceno, Terto e Silva, (2003), Mello (2003), Rabinovich (2002) e Sarti (1996) analisam o contexto das famílias pobres para além do parentesco e da consanguinidade, configurando-as como extensivas e caracterizadas por fatores de proteção. A organização dessas famílias se dá em um modelo coletivista, que favorece a sobrevivência conjunta, a participação dos

seus membros em projetos de vida compartilhados e não individualizados (Rabinovich, 2002).

Nesses estudos, as mulheres são destacadas como chefes de família e principal suporte familiar, porque, simultaneamente, são provedoras e principais cuidadoras das crianças. Embora tal situação seja recorrente, o homem se mantém como uma figura respeitada na família, pois “mesmo quando ele não provê a família, sua presença ‘desnecessária’ continua necessária” (Sarti, 1996, p.48). Os estudos de Bastos, Alcântara e Ferreira-Santos (2002), nessa mesma direção, mostram o homem ausente ou enfraquecido nos modos da família extensa ou matrifocal; Amazonas et al. (2003), em Recife, também encontraram fragilidades na figura masculina, que foram explicadas novamente como decorrências do desemprego e do uso de álcool e outras drogas.

Com relação ao lugar das crianças nas famílias pobres, Sarti (1996) afirmou que os filhos estão diretamente associados ao casamento e à responsabilidade dos pais. O vínculo hierárquico na relação entre pais e filhos fortalece uma autoridade unilateral, sustentada pela ordem moral de obrigações. Além disso, os filhos dariam sentido ao casamento e deles, inclusive, esperava-se retribuição: o compromisso moral de ser “um bom filho”, que significa obediência, quando criança, e honestidade, quando adulto.

Uma prática comum que ocorre com as crianças pobres se refere ao cuidado compartilhado, chamado por Fonseca (2006) de “circulação de crianças”, em que a responsabilidade do cuidado é de uma rede social de apoio, principalmente, nas relações de parentesco, com destaque para as figuras femininas mais ligadas à família patriarcal, tais como avós, tias e até vizinhas.

Esses sentidos acerca das crianças e das famílias se configuram enquanto objetos de Representação Social e serão apresentados na sessão a seguir.

A Teoria das Representações Sociais e a Compreensão de objetos complexos como a Família

A Teoria das Representações Sociais (TRS) enfatiza um tipo de conhecimento produzido no senso comum originado das práticas sociais e integra uma série de aspectos da vida cotidiana. Quando compartilhado, esse conhecimento orienta condutas, explica a realidade social, justifica as tomadas de posição e define identidades, resguardando as particularidades dos grupos (Santos, 2009), como, por exemplo, a família. A visão de sujeito para essa

teoria é contextualizada social e historicamente, pois, ao mesmo tempo em que o sujeito constrói a realidade social, nela é construído de forma ativa.

Dentre os vários aspectos estudados por essa teoria, destacamos a comunicação, pois é por meio dela que os grupos compartilham conhecimentos sobre objetos, nas trocas interativas (Moscovici, 2003), em cujo processo estão implicados aspectos cognitivos, afetivos e sociais. Para a compreensão da TRS, dois conceitos são fundamentais: a ancoragem e a objetivação. Na necessidade de tornar o estranho familiar, a ancoragem torna ideias não conhecidas em categorias e imagens comuns, ou seja, em um contexto conhecido, classifica e nomeia, eliminando o que pode significar uma ameaça (Moscovici, 2003).

Na ancoragem, encontramos a atribuição de sentido, na medida em que a representação refere-se a uma rede de significados que são articulados e hierarquizados, a partir de um arsenal de conhecimentos preexistentes. A objetivação, por sua vez, transforma o que era abstrato em concreto e, ao unir “a ideia de não-familiaridade com a de realidade, torna-se a verdadeira essência da realidade” (Moscovici, 2003, p. 71).

Abrie (1994), autor que referencia nossa abordagem teórica, considera que as representações têm características estáveis, instáveis e consensuais, sendo marcadas por diferenças interindividuais e compostas por dois sistemas: estável (sistema central) e flexível (sistema periférico). Por essa razão, as representações respondem por uma das suas funções principais: a adaptação sociocognitiva. Essa abordagem estrutural salienta que o núcleo central possui duas funções principais: a função geradora, que cria e transforma a significação de outros elementos que constituem a representação; e a função organizadora, que determina a natureza das relações que unem os elementos de uma representação.

O núcleo central é o elemento unificador que estabiliza a representação, a base comum, que é coletivamente compartilhada, consensual dentro do grupo e resistente às mudanças. Os elementos periféricos se relacionam ao núcleo central e são menos estáveis e mais permeáveis, caracterizando-se por uma modulação da representação na função de permitir a adaptação à realidade concreta, de diferenciar o conteúdo em cujas bases comunicativas os sentidos são construídos e de proteger o sistema central.

Método

Para esta pesquisa qualitativa, adotamos uma perspectiva plurimetodológica (Abrie, 2003), com a

subdivisão de etapas e a devolução progressiva dos achados aos participantes (Cruz, 2006). Na primeira etapa, o procedimento foi de mapeamento do campo semântico das representações sociais de família e de acesso aos elementos centrais e periféricos das representações - utilizamos um questionário de associação livre de palavras e a hierarquização por importância dessas associações (Abric, 2003); na segunda etapa, o procedimento de validação dos achados da etapa 1 – produção de desenhos das crianças sobre família, a partir das palavras que foram hierarquizadas pelo coletivo; e, na terceira etapa, o procedimento de aprofundamento dos sentidos das representações – realização de dois grupos focais, um em cada contexto de escola.

Na etapa 1, os sujeitos foram convidados a registrar as primeiras palavras que lhes vinham à mente, a partir da expressão-indutora família; em seguida, hierarquizaram as palavras que escreveram segundo a ordem de importância que lhes atribuíam (Abric, 2003), utilizando um escore decrescente de 1 a 5 para cada palavra. Na etapa 2, sortearmos participantes de cada escola para realizar um desenho representativo da família. Na etapa 3, as mesmas crianças da etapa 2 participaram de grupos focais, por contexto de escola. Nesse momento, os participantes receberam 10 fichas que continham as palavras com maior quantitativo de recorrências da etapa 1 e cada criança fazia uma nova hierarquização, que teve a intenção de validar as escolhas e interpretações da primeira etapa. Elas

Tabela 1. Quantitativo de Participantes por Etapa e Contexto de Escola

Etapas	Participantes	Escola Pública	Escola Privada
Etapa 1 Questionário de associação livre de palavras/ hierarquização	69 crianças	30 crianças	39 crianças
Etapa 2 Desenho da família	12 crianças	06 crianças	06 crianças
Etapa 3 Grupos Focais	12 crianças	06 crianças	06 crianças

escolhiam cinco fichas entre as 10 apresentadas, depois três e, por fim, apenas uma, aquela ficha que continha a palavra que considerava a mais representativa do sentido de família. Em seguida, foram reapresentados os desenhos produzidos na etapa 2, a fim de que as crianças escolhessem dois deles, tendo como critério de escolha a proximidade desses desenhos em relação às palavras selecionadas na hierarquização das fichas.

Para a análise da primeira fase, utilizamos o software EVOC, que calcula a frequência simples e a ordem de importância da evocação de cada palavra.

Na segunda e terceira fases, os conteúdos das falas dos grupos focais foram tratados pela análise temática de conteúdo de Bardin (1977).

As crianças participaram da pesquisa de forma voluntária e dependeram de autorização dos responsáveis, consentida por meio da assinatura dos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido, devidamente aprovado pelo Comitê de Ética. Vale destacar que buscamos a paridade entre os participantes, no que se refere ao sexo, à idade e à série, como se apresenta na tabela 2.

Tabela 2. Quantitativo de Participantes por Idade, Sexo e Série

Escolas	Nº de Participantes	09 anos	10 anos	Masculino	Feminino	Série / Nº de crianças
Pública	30	11	19	15	14	3º ano / 06 crianças 4ª ano / 19 crianças 5º ano / 05 crianças
Privada	39	31	08	19	20	4º ano / 39 crianças
Total	69	42	27	34	34	69

Quanto ao contexto das duas escolas, estas eram localizadas em um mesmo bairro da zona sul da cidade do Recife, entretanto, a despeito dessa similaridade geopolítica, os contextos socioeconômicos dos participantes são distintos, variando de acordo com o sistema da escola, se pública ou privada. Essa condição poderia nos revelar a diversidade de modos de vida, situações e representações de famílias.

Os resultados: as representações sociais de família por crianças

Em relação à configuração das famílias das crianças participantes desta pesquisa, encontramos uma diversidade de modelos, conforme a tabela 3, a seguir.

Tabela 3. Configuração Familiar Dos Participantes

Tipos de Configuração Familiar	Escola Pública	Escola Privada	Total
Nuclear	10	23	33
Recasamento	7	2	9
Matrifocal	6	4	10
Separada Matrifocal	---	4	4
Viuvez Patrifocal	---	1	1
Extensa	2	---	2
Nuclear Extensa	3	2	5
Extensa Recasamento	1	---	1
Extensa Separada	1	3	4

Na análise dos questionários de associação livre e hierarquização pelo *software* EVOC, as palavras foram agrupadas pelo radical comum, como, por exemplo: avó, vovó, vovô e variações, unificadas na palavra avós, inclusive, fez-se a junção de avós-bisavós, o que reforçou a função de transmissão geracional da família, característica compartilhada através da memória coletiva.

No primeiro quadrante, encontra-se o núcleo central das representações formado pela alta evocação e hierarquização, com destaque das palavras “mãe”, “amor” e “pai”, seguida de “carinho” e “união”. Esses achados reforçaram sentidos positivados de família, seja pelos afetos de modo genérico na escola privada, seja pelas figuras de parentesco, na escola pública. Chamamos a atenção para a palavra “carinho”, que,

Tabela 4. Resultados do EVOC

ORDEM MÉDIA DE EVOCAÇÃO					
		Nº de evocação	Inferior a 6	Nº de evocação	Superior ou Igual a 6
F R E Q U Ê N C I A	Acima ou Igual a 6	35 30 29 20 11	mãe-----1,771 amor-----1,667 pai----- 2,310 carinho--2,800 união----2,818	48	avós-----3,104
				30	tios-----4,200
				21	irmãos-----3,381
				14	felicidade-----3,214
				11	amizade-----4,000
				8	primos-----4,125
				6	alegria-----3,667
				6	paz----- 3,333
	Inferior a 6	3	pais-----1,333	5	diversão-----4,200
				4	brincar----- 4,750
				4	harmonia-----3,750
				4	paixão----- 3,250
				3	companheirismo--4,000
				3	legal----- 4,000

mesmo tendo 11 evocações, aparece nesse primeiro quadrante por sua alta ordem na hierarquização.

No segundo quadrante, vê-se o sistema periférico que mantém o núcleo central e integra novas informações. Destacamos o alto número de evocações para a palavra “avós” (48), “tios” (30), “irmãos” (21) e “primos” (8), que surgem sem um quantitativo expressivo, chegando a superar ou a igualar o quantitativo das evocações das palavras que compõem o núcleo central. Nesse mesmo quadrante, encontramos palavras relacionadas à “afetividade”, como “felicidade”, “amizade”, “alegria” e “paz”, idealizações que reforçam o sentido da família ideal e feliz. O terceiro quadrante retrata os elementos periféricos contrastados, de baixa frequência, temas enunciados por poucas pessoas, mas considerados muito importantes. A expressão “pais” reforça a aparição de “pai” e “mãe”, protegendo o núcleo central.

O último quadrante, composto por “diversão”, “brincar”, “harmonia”, “paixão”, “companheirismo” e “legal”, revelou a possibilidade das transformações nos sentidos atribuídos à família, já que estes permitiram variações pessoais, sem alteração do núcleo central, servindo como prescritores de comportamentos e sendo a parte operacional da representação. Por conseguinte, esses resultados apontam para o modelo de família nuclear, com “pai” e “mãe”, geralmente

relacionado aos sentimentos de “amor”, “carinho” e “união”, os quais exprimem a família desejada e perfeita, em meio às contradições e à diversidade dos arranjos encontrados no contexto de vida atual de muitas crianças participantes.

Relacionando os dados construídos pelo *software* EVOC às análises de conteúdo, podemos afirmar que encontramos sentidos positivados de família nos dois contextos e classificamos os achados em três agrupamentos de palavras por unidade temática: (a) afetividade, (b) valores e funções da família, (c) parentes.

As palavras “pai” e “mãe” assumem o sentido de uma função consensual familiar que permite homogeneidade e estabilidade ao grupo, dando continuidade e permanência ao sentido simbólico de uma família nuclear, mesmo com a forte presença de outras figuras de parentesco. A palavra “pai” apareceu mais na periferia com quantitativo próximo ao que foi encontrado para as palavras “primas/primos” e “irmãos”. Os “valores e funções” da família apareceram, neste grupo, relacionados à concepção atual da criança como sujeito de direitos: “direito”, “moradia” e “escola”.

No que se refere às análises por contextos de escola, encontramos distintos enfoques sistematizados na tabela 5, a seguir:

Tabela 5. Categorização das Palavras na Evocação Livre por Contexto de Escola

Categorização	Escola Pública	Escola Privada
Afetividade	30 (amor/amor dos pais, diversão, brincadeira, carinho/carinho dos pais, união, família reunida, família boa, felicidade, alegria, amigas, bondade, fiel, carisma, aniversário)	113 (amor, paixão, te amo, gosto muito de você, afeto, emoção, carinho, felicidade, alegria, paz, união, harmonia, união, amizades, amigo, companheirismo, companhia, vê-la, comparecimento, parceria, importante, cuidado, atenção, ajuda, brincar, brincadeira, diversão, saudade)
Parentesco	115 (avós, bisavós, pai/paternidade, mãe, irmão(ã), primo (a), tio (a), menino (a))	68 (avós, bisavós, pai/paternidade, mãe, irmão(ã), primo (a), tio (a), eu, babá, neto)
Valores e funções da família	05 (viajar, sair junto, direito, moradia, escola)	14 (85palavrasadavocadasa, encontramos:sinceridade, verdade, responsabilidade, honestidade, respeito, humanidade, presente, educação, saúde, conhecimento, história, deixar fazer tudo, viajar, sair para jantar)
Total de palavras	150	195

Como se apreende da tabela 5, a “afetividade” aparece, para as crianças da escola privada, com sentimentos e afetos positivados, embora genéricos, sugerindo que elas objetivam um sentido de perfeição da família quanto à responsabilidade pela sobrevivência e pelos cuidados com a saúde e com as emoções dos filhos, assim como em relação à preservação do seu bem-estar. Identificamos, ainda, um baixo índice de evocação da palavra “irmãos” nesse grupo, o que reitera as estatísticas do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010), que apresentam o dado de que há diminuição no número de filhos nas mulheres com maior nível de escolarização.

No grupo das crianças da escola pública, o sentido de “afetividade” é concretizado nas figuras parentais, que personifica a direção dos afetos. A despeito do que circula em relação às famílias pobres, o afeto apareceu como fonte que brota na prática interativa familiar e em seu formato ampliado. A ludicidade emergiu nos dois contextos demarcando que as famílias têm para as crianças o significado de ser um lócus especial da brincadeira.

Na etapa 2 dos desenhos, encontramos o modelo de família tradicional nuclear, bem como outras configurações de famílias mostrando sua diversidade e dinamismo.

De forma geral, os desenhos revelaram que há a coexistência de diversas configurações familiares: do modelo tradicional nuclear à família extensa, que é assim referida pela moradia ou convivência; a família separada, que mostra a ausência do casal, devido à separação; a separada e extensa acrescida de membros do parentesco; a reconstituída ou recasada, que apresenta novos integrantes da família advindos de outra união conjugal; além disso, vínculos afetivos diversos foram representados como família.

No simbolismo dos desenhos, as crianças nos apresentaram os diversos sentidos de família que compartilham: (a) família quando há proximidade física na convivência – “*família é quem mora junto*”; (b) família quando há uma rede de relações de convivência com os parentes que a complementam e a ampliam; (c) família pela qualidade da relação – os que são escolhidos – “*eu e meu irmão*”, “*eu e minha mãe*”; (d) família pelo vínculo perene da saudade dos que já faleceram: “*ele [o avô] falava ‘família’ com a gente, e aí toda vez que se lembro disso eu choro*” (menino, escola pública).

Nos grupos focais, o grupo de crianças da escola pública escolheu palavras que reforçam o sentido de família estendida aos vínculos de parentesco: “*mãe*”, “*as avós e os avôs*”. No debate, foram evidenciados

pai e mãe, avós e irmãos, e os depoimentos sugeriram conflitos entre a realidade vivida e o discurso idealizado de família. Nas pausas e silêncios diante da falta do “pai”, nas palavras hierarquizadas e nos desenhos escolhidos, elas expressaram a necessidade de elaborarem novos sentidos diante da incompletude, pois, segundo elas, “*família não é só isso*”.

A ausência do pai foi justificada por algumas crianças, inicialmente, apoiada em sentimentos negativos e/ou de abandono: “*o pai não foi escolhido ... porque não gosta do pai*”, “*o meu foi embora pro Rio de Janeiro quando se separou*”, “*o meu pai foi embora*”, ou o pai está “*morto*” ou “*viajou*”. Uma criança interpretou a ausência do pai em razão da não moradia em conjunto: “*acho que é no sentido do morar*” (Menino 1). O diálogo entre os estudantes reproduzido, a seguir, expressa a polêmica, que objetiva o sentido de família construído pelos participantes em suas representações, acerca do lugar do pai na família e do conflito que a questão da não moradia em conjunto suscita: “*acho assim, que eles queriam que o pai tivesse também*” (Menino 1); “*mas pai tá vivo*” (Menina 6); “*eu não estou dizendo que ele não está vivo não, mas que os dois [mãe e pai] morassem juntos*” (Menino 1).

Para essas crianças, além de ter o pai, o sentido de família requer, portanto, que os dois pais morem juntos. As crianças argumentaram, ainda, que foi feita uma escolha equivocada pelo grupo ao representar o pai como uma figura externa ao núcleo familiar: “*tá vendo tia, deixaram o pai de fora!*” No debate, explicitaram que para elas a família “*precisa dos pais*”, “*precisa de pai, mãe, irmãos*” e de “*primos, tias, tios*”.

No grupo da escola privada, surgiram muitas histórias relacionadas à separação dos pais e às lembranças sobre a família, revelações pessoais e contradições. Um dos maiores desafios, para algumas crianças, foi o dilema na escolha das palavras, posto que remetiam à situação de separação dos pais: “*os dois são importantes pra mim!*”. Para outras, no entanto, a escolha ocorreu com facilidade: “*pra mim, os dois são importantes, mas um é mais do que o outro*”.

Nessas escolhas em relação a uma das figuras parentais, apareceram também os sentidos de família com alguns critérios semelhantes às escolhas dos desenhos: moradia, tempo de permanência e funções de cuidado:

É... mas eu prefiro a minha mãe. Porque o meu pai faz muuuuito... [gesticula com a mão segurando a ficha] mais de um mês que não vejo. Ele fica mentindo... a gente liga pra ele... meu irmão ligou pra ele, e foi dar

os parabéns e ele disse que não tinha tempo, que já tinha botado o dinheiro e pronto... desligou na cara dele. (Menino C)

É que eu gosto dos dois, mas é que... minha mãe e meu pai se separou, e eu moro mais com minha mãe sabe, só nos finais de semana... aí como eu moro mais com minha mãe, eu acho que eu escolho ela, mas eu gosto do meu pai. Meu pai... ele brinca comigo tal, mas eu passo mais tempo com minha mãe, sabe... aí que eu não escolhi... porque a minha mãe é mais importante. É porque assim, meu pai é a mesma coisa que a minha mãe, sabe?! (Menino B).

O diálogo abaixo ilustra, segundo as crianças da escola particular, que elas compartilham sentidos de família na parental função de brincar/divertir e explicam os significados que atribuem ao cuidado - atenção e interesse pela criança -, como se apreende dos excertos a seguir:

Menino B: *“quem brinca mais contigo?”* - Menino A: *“meu pai”*.

Menino B: *“quem se interessa contigo?”* - Menino A: *“os dois...”*

Menino C: *“mas se teu pai for a mesma coisa que a tua mãe...”* Menino A: *“100% pra cada um ... eeh... quem dá mais atenção, é os dois, e quem eu fico mais é com minha mãe. Aí fica difícil!”*

Menino B: *“tu se diverte mais com quem, com teu pai, ou com tua mãe?”* - Menino A: *“os dois”*.

Percebemos o processo vivido pelas crianças ao objetivar as funções da família como uma tentativa de tornar familiar o objeto social. Diante de tantas informações que se apresentavam como contraditórias, elas se sentiram forçadas a tomar uma posição (Palmonari, 2009).

Na etapa de escolha dos desenhos, algumas crianças, em nome do grupo, lideraram as escolhas da imagem representativa da família nuclear - *“pai, mãe e filho”* - e da família extensa - *“eu, tio paterno, pai, prima, tia paterna esposa do tio, avô e avó paternos, irmão e mãe”*. As primeiras respostas limitaram-se às palavras hierarquizadas (*“amor”, “pai”, “mãe”*), mas, depois, novas concepções emergiram com a escolha de *“amigos”* e *“saúde”*, que ampliaram o sentido de família para além de outros membros do parentesco: *“mãe, irmãos e meus avós”; “pai, mãe, irmãos, avós, tios, tias, só”,* e *“amigos”, “éééé... união, sentimentos, amor, que tão junto com a família... vê e rever amigos”*.

O foco da discussão no grupo passou a ser o tema da *“saúde”* e dos *“amigos”* quando um menino compartilhou sua experiência em relação à separação

dos pais, cujos resultados foram morar na casa dos avós, mudar de escola e se afastar dos amigos: *“próximo ano eu vou ter que deixar os meus amigos”*. Nesse momento, os amigos foram considerados família, *“amigos como irmãos!”*. No entanto, o vínculo do parentesco prevaleceu: *“família é mais...”*, *“mais próximo”*. Nessa direção, os animais de estimação foram também integrados à representação de família ampliada como se vê nos extratos: *“o cachorro acompanha seu dono, por exemplo, eu vou pro quarto ele está deitado, sai... se eu vou dormir ele me acompanha”, “o cachorro é o melhor amigo do homem porque ele sabe quando você está triste e quando você está feliz”*.

Embora se tenha clareza dos elementos saudáveis à afetividade positivada e pulverizada em diferentes parentes e personagens, foi reforçada, nos dois grupos, a idealização da representação de família tradicional, que foi preservada no núcleo central a despeito da realidade familiar vivida pelas crianças participantes e das tendências às mudanças anunciadas na reedição da organização das famílias extensas na atualidade.

Considerações finais

Esta pesquisa investigou as representações sociais de família, segundo crianças na cidade de Recife. Os achados aqui analisados estão circunscritos em um dado momento histórico e social, logo, não representam respostas acabadas e determinantes, pois o tema é polêmico, multifacetado, interdisciplinar e inesgotável em suas possibilidades de investigação.

Podemos afirmar que as crianças desse estudo construíram uma teoria do senso comum para dar sentido ao objeto social *“família”*, que foi representado por palavras positivadas e idealizadas, ancoradas em um modelo nuclear tradicional. O núcleo central das RS de família são as figuras parentais *“mãe, pai, amor, carinho e união”*. Além disso, em torno delas, constituindo os elementos periféricos, somam-se as figuras dos *“avós, tios, irmãos, primos”*, fato este que nos revelou modelos de famílias extensas e de funcionamento coletivizado, que, por muito tempo, foi interpretado como sendo mais característico das crianças da escola pública.

Por fim, podemos afirmar, a partir dos achados, que as crianças oriundas dos dois contextos de escola representam a família positivada, idealizada e afetiva, embora haja uma tensão entre um sentido mais conservador e uma perspectiva mais abrangente de família, que é anunciada enquanto prática social vivida pelas crianças participantes.

No contexto da escola privada, encontramos sentidos afetivos genéricos, vinculados aos ideais de felicidade e às relações sociais em harmonia que são modelos em consonância com o que é socialmente divulgado. No sistema periférico, a perspectiva de família assume um sentido ampliado com a configuração e os vínculos ancorados em um modelo de família extensiva, que inclui até amigos e animais de estimação. No contexto da escola pública, encontramos relações de parentesco nas práticas interativas com sentidos conservadores na crença idealizada de que família “tem que ter pai e mãe”. Todavia, da mesma maneira, emergiram, também, anúncios de mudança em curso, quando elas se referiram aos parentes, sobretudo, avós e tios.

Nessa construção, as crianças reeditaram, simultaneamente, sentidos vinculados a uma família extensa, que é efetivamente vivida na realidade social, mas que se contrapõem à crença na família nuclear idealizada.

Agradecimento

À CAPES, pelo apoio.

Referências

- Abric, J. C. (1994). L'organisation interne des representations sociales: système central et système périphérique. In J. Abric, *Structures et transformations des représentations sociales* (M. F. S. Santos, Trad., pp. 73-84). Lausanne, Suíça: Delachaux et Niestlé.
- Abric, J. C. (2003). La recherche du noyau central et de la zone muette des représentations sociales. In J. C. Abric (Org.), *Méthodes d'études des représentations sociales* (M. F. S. Santos, Trad., pp. 59-80). Ramonville Saint-Agne, França: Ed. Eres.
- Amazonas, M. C. L. A., Damasceno, P. R., Terto, L. M. S., & Silva, R. R. (2003). Arranjos familiares de crianças das camadas populares. *Psicologia em Estudo*, 8, 11-20. Acesso em 11 de abril, 2010, em <http://www.scielo.br/pdf/pe/v8nspe/v8nesa03.pdf>
- Ariès, P. (1981). *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos.
- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bastos, A. C. S., Alcântara, M. A. R., & Ferreira-Santos, J. E. (2002). Novas famílias urbanas. In E. R. Lordelo, A. M. A. Carvalho, & S. H. Koller (Orgs.), *Infância brasileira e contextos de desenvolvimento* (pp. 98-133). São Paulo: Casa do Psicólogo; Salvador: Ed. UFBA.
- Bilac, E. D. (2003). Família: algumas inquietações. In M. C. B. Carvalho (Org.), *A família contemporânea em debate* (pp. 29-38). São Paulo: Cortez.
- Carmo, M. (2007). Configurações familiares: um novo paradigma. *Revista de Abordagem Gestáltica*, 13(2), 260-262. Acesso em 6 de maio, 2009, em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1809-68672007000200011&script=sci_arttext
- Corrêa, M. (1982). Repensando a família patriarcal brasileira. In M. S. K. Almeida, A. A. Arantes, C. R. Brandão, M. Corrêa, B. Feldmann-Bianco, V. Stolcke, & A. Zaluar, *Colcha de retalho estudos sobre a família no Brasil* (pp. 13-38). São Paulo: Brasiliense.
- Court, P. M. (2005). Família e sociedade contemporânea. In J. C. Petrini & V. R. S. Cavalcanti (Orgs.), *Família, sociedade e subjetividade* (pp.13-28). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Cruz, F. M. L. (2006). *Expressões e significados da exclusão escolar: representações sociais do fracasso escolar por professores e estudantes da Educação Básica e Superior*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE.
- Fonseca, C. (2006). Da circulação de crianças à adoção internacional: questões de pertencimento e posse. *Cadernos Pagu*, 26, 11-43. Acesso em 12 de novembro, 2010, em <http://www.scielo.br/pdf/%0D/cpa/n26/30384.pdf>.
- Hintz, H. C. (2001). Novos tempos, novas famílias? Da modernidade à pós-modernidade. *Pensando Famílias*, 3, 8-19.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. (2010). *Síntese dos indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira* (Série Estudos e Pesquisa: informações demográficas e socioeconômica, 27). Rio de Janeiro: Autor. Acesso em 10 de fevereiro, 2011, em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicais2010/SIS_2010.pdf
- Kamers, M. (2006). As novas configurações da família e o estatuto simbólico das funções parentais. *Estilos da clínica*, 11(21), 108-125. Acesso em 6 de maio, 2009, em <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/estic/v11n21/v11n21a08.pdf>
- Lyra, J., Leão, L. S., Lima, D. C., Targino, P., Crisóstomo, A., & Santos, B. (2007). Homens e cuidado: uma outra família? In A. R. Acosta & M. A. F. Vitale (Orgs.), *Família: redes, laços e políticas públicas* (4ª ed., pp. 79-91). São Paulo: Cortez/ Instituto de Estudos Especiais/PUC-SP
- Mello, S. L. (2003). Família: perspectiva teórica e observação factual. In M. C. B. Carvalho (Org.), *A família contemporânea em debate* (pp. 51-60). São Paulo: Cortez.
- Monteiro, P. (2012). *Representações sociais do abuso sexual intrafamiliar por professores*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE.
- Moscovici, S. (2003). *O fenômeno das representações sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Neder, G. (2002). Ajustando o foco das lentes: um novo olhar sobre a organização das famílias no Brasil. In S. M. Kaloustian (Org.), *Família brasileira a base de tudo* (pp. 26-46). São Paulo: Cortez.
- Oliveira, E. C. (2010). *Pai, separado e pobre: entre as dificuldades e o desejo de uma paternidade plena*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE.
- Palmonari, A. (2009) A importância da teoria das representações sociais para a psicologia social. In A. M. O. Almeida & D. Jodelet (Orgs.), *Representações sociais: interdisciplinariedade e diversidade de paradigmas* (M. F. S. Santos, Trad., pp. 35-48). Brasília: Thesaurus Editora.
- Passos, M. C. (2007). A constituição dos laços na família em tempos de individualismo. *Mental*, 5(9), 117-130. Acesso

- em 6 de maio, 2009, em <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/mental/v5n9/v5n9a08.pdf>
- Petrini, J. C. (2005). Mudanças sociais e mudanças familiares. In J. C. Petrini & V. R. S. Cavalcanti (Orgs.), *Família, sociedade e subjetividade* (pp. 29-53). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Rabinovich, E. P. (2002). Contextos coletivistas de desenvolvimento: uma análise comparativa intercultural. In E. R. Lordelo, A. M. A. Carvalho, & S. H. Koller (Orgs.), *Infância brasileira e contextos de desenvolvimento* (pp. 165-203). São Paulo: Casa do Psicólogo; Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia.
- Santos, M. F. (2009). Representações sociais e psicologia social. In A. M. O. Almeida & D. Jodelet (Orgs.), *Representações sociais: interdisciplinaridade e diversidade de paradigmas* (pp. 51-82). Brasília: Thesaurus Editora.
- Sarti, C. A. (1996). *A família como espelho. Um estudo moral dos pobres*. São Paulo: Cortez.
- Sarti, C. A. (2003). Família e individualidade um problema moderno. In M. C. B. Carvalho (Org.), *A família contemporânea em debate* (pp. 39-49). São Paulo: Cortez.
- Sarti, C. A. (2007). Famílias enredadas. In A. R. Acosta & M. A. F. Vitale (Orgs.), *Família: redes, laços e políticas públicas* (pp. 21-36). São Paulo: Editora Cortez.
- Vilhena, J. (2004). *Repensando família*. Acesso em 7 de junho, 2009, em <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0229.pdf>
- Vitale, M. A. F. (2007). Avós: velhas e novas figuras da família contemporânea. In A. R. Acosta & M. A. F. Vitale (Orgs.), *Família: redes, laços e políticas públicas* (pp. 93-105). São Paulo: Editora Cortez.

Recebido em: 26/09/2011

Revisão em: 27/02/2013

Aceite em: 09/03/2013

Fernanda Siqueira Ribeiro é Mestra em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação da UFPE (2011). Possui Especialização em Psicologia da Família e Realidade Social - FAFIRE (2004). Graduação em Psicologia pela UFPE (1999). Está em formação para a titulação de Psicodramatista pela ASBAP/Núcleo Recife (2006). Atuou em projetos sociais ligados ao

tema da Violência Doméstica e Sexual contra Crianças e Adolescentes e como Psicóloga Escolar da rede privada. Doutoranda em Psicologia pela UFPE.

Endereço: LABINT – Laboratório de Interação Humana. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Endereço: Av. Prof. Moraes Rego, 1235. Cidade Universitária, Recife/PE, Brasil. CEP 50670-901. Email: fsiqueira_psico@hotmail.com

Fatima Maria Leite Cruz é Professora Adjunta da Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Educação, Departamento de Psicologia e Orientação Educacionais, área de avaliação da aprendizagem e avaliação educacional, Professora efetiva do Programa de Pós Graduação em Psicologia, curso de Mestrado e Doutorado em Psicologia da UFPE e do Mestrado em Educação Matemática e Tecnológica da UFPE. Possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal de Pernambuco (1977), Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (1998) e Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (2006). Pesquisadora do Laboratório de Interação Humana - LABINT da UFPE e do Núcleo de Formação de Professores da UFPE - NUFOPE. Na ANPEPP, integra o GT Mémória, identidade e representações sociais. Desenvolve pesquisas com foco psicossocial e abordagem teórica das representações sociais. Temáticas de interesse: processos psicossociais de inclusão/exclusão, família e contextos de desenvolvimento, formação de professores, avaliação educacional e da aprendizagem, representações e práticas sociais. Email: fatimacruz@yahoo.com

Como citar:

Ribeiro, F. S. & Cruz, F. M. L. (2013). Representações sociais de família por crianças na cidade de Recife. *Psicologia & Sociedade*, 25(3), 612-622.